

FORMAÇÃO DA ELITE AGRÁRIA/POLÍTICA DE CAMACAN: PODER, IMAGINÁRIO E IDENTIDADE¹

Renato Zumaeta Costa dos Santos²

1. Camacan³: origens do processo de ocupação territorial

Estamos vivendo os últimos instantes da nossa influência, como desbravadores (Jornal da Bahia, 1978, p.5).

Assim, em 29 de agosto de 1978, escreveu o Jornal da Bahia⁴, veículo informativo de circulação estadual que fez a cobertura jornalística da visita do então governador baiano, Roberto Figueira Santos, ao município de Camacan, naquela data. Festividades e inaugurações – tratava-se do período de comemorações pela emancipação política – movimentavam a pequena urbe. O referido encarte, de oito páginas, publicou um breve levantamento histórico da cidade, entrevistas com os descendentes dos fundadores de Camacan e matérias que repetiam os discursos dos colonizadores, políticos e “heróis” da história camacanesa.

A declaração, que destacamos daquela reportagem, era do senhor Boaventura Ribeiro de Moura ou “Boinha”, como era popularmente conhecido. Ele foi o primeiro prefeito de Camacan e influenciou decisivamente as eleições dos dois prefeitos que o sucederam.

A expressão daquela fala sugere, inicialmente, a reflexão de duas possibilidades, entre outras possíveis: ou o seu grupo político apresentava um enfraquecimento/desgaste natural diante de uma nova conjuntura sócio-eleitoral, ou então outros agentes ganhavam “fôlego” naquele novo cenário, o que possivelmente fizeram-nos adquirir certa autonomia diante dos seus “padrinhos” políticos. Contudo, já mostra-se pertinente observar que aquela declaração do senhor Boaventura nos apresenta um tom de despedida perante o seu reduto político e econômico: o município de Camacan.

¹Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História, Política e Região”, do Seminário de Cultura e Política na Primeira República, realizado pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, 11 de junho de 2010.

² Estudante do curso de Pós Graduação Lato Sensu em História do Brasil da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/BA) e Professor de História na Rede Estadual do município de Camacan, BA. E-mail do autor: zumaetacosta@yahoo.com.br

³ Camacan é um município do Estado da Bahia e está situado na microrregião sul. Parte de sua história política é objeto de estudo deste trabalho.

⁴ O Jornal da Bahia foi um periódico brasileiro da cidade de Salvador, que circulou entre 1958 e 1994. Foi, por muitos anos, um veículo progressista, ligado à esquerda, que fez história na imprensa da Bahia.

Para melhor entendimento, é preciso deixar claro que no período entre 1961 até 1973, o poder local fora liderado por sua família, os Moura, e alguns dos seus membros ocuparam lugar de destaque nas decisões sobre o destino da política camacanense.

Deste modo, esse trabalho discute em que proporção e de que forma aquela relação de mandonismo político relacionada à família Moura iniciou-se e consolidou-se, revelando antigas “raízes” que remontam ao final do século XIX, uma vez que a referida família aparece nos principais relatos e documentos acerca de expedições de plantio das primeiras roças de cacau e da ocupação desta microrregião camacanense.

O resultado daquele processo aponta-nos para a ‘glória’ dos referidos desbravadores, que receberam a principal consagração da história camacanense, registrada pelos relatos orais e escritos da memória oficial do município. Seus feitos – eternizados com a avidez da sociedade sul-baiana em produzir um passado emérito, glorioso – foram reproduzidos pelas gerações, até que estas absorveram-na como prelúdio de sua própria identidade.

As repetições, direcionadas à população local, anualmente⁵, nos mostram que, os descendentes de um agricultor da cidade de Canavieiras, o senhor Leandro Ribeiro, foram então considerados pioneiros e “desbravadores” do município de Camacan. Contudo, esse sobrenome, Ribeiro, recebeu a incorporação de outros nomes que fazem parte do ‘quadro simbólico-glorioso’ da memória camacanense. João Elias Ribeiro (um dos netos de Leandro Ribeiro) foi um exemplo disso. Conforme o relato da própria família, o médico João Elias teria incorporado o nome ‘Vargens’ a si próprio, no período em que se graduava em Salvador. “São várzeas, várzeas, ‘né’? [...] O ‘Vargito’, o local, e Vargens o nome... E aí somos Vargens até hoje⁶”.

⁵ As informações a respeito dos discursos e imagens que se repetiram e continuam se repetindo sobre a formação da identidade camacanense, foram obtidas com base nos textos do encarte especial do Jornal da Bahia, já referido neste capítulo; em entrevistas; estudos monográficos; e nas publicações produzidas, sobretudo, no período das comemorações pela emancipação política de Camacan, conforme os informativos anuais da Prefeitura Municipal; da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC e do Banco do Nordeste, que evocavam, exaustivamente, o passado glorioso dos sujeitos “construtores” da cidade em seus textos.

⁶ Informação fornecida por Francisco José Góes da Costa Vargens, na entrevista concedida em 22 de abril de 2005, para o desenvolvimento da pesquisa monográfica *Contratempos: cacau e cacaucultura em Camacan (1980-1990)*. In: *Cacaucultura: A Ceplac e a Vassoura de Bruxa em Camacan (Cadernos do CEDOC)*. Ilhéus: Editus - UESC, 2007, v. 08, p. 138.

Doutor João Vargens, como ficou conhecido, expandiu a plantação de cacau para além das terras herdadas do seu pai. As fontes consultadas indicam que foi ele o responsável pela implantação da Fazenda Camacan. E ainda, segundo o Jornal da Bahia (1978, p.5), “[...] o próprio João Vargens elegeu-se prefeito de Canavieiras⁷, município a que Camacã (sic) estava vinculado, e sua primeira obra foi a delimitação da área geográfica do município”.

Na tentativa de conduzir a distribuição das novas terras, o irmão do Doutor João (Ribeiro) Vargens, Boaventura Elias Ribeiro, engenheiro civil, foi nomeado Delegado de Terras de Canavieiras. Segundo o estudo monográfico de Maria Joaquina Moura Pinto (2004)⁸, Boaventura Ribeiro ocupou esse cargo juntamente com o senhor João Marques de Souza⁹ e ambos ficaram responsáveis pela doação dos títulos de terras desta região. “Todo este movimento de ocupação da terra decorria, sob a vigilância de Delegacia de Terra dirigida pelo Dr. João Marques e Dr. Boaventura Ribeiro, através de doações de títulos com o máximo de 50 ha [cinquenta hectares]” (PINTO, 2004, p.71-72).

É preciso considerar aqui o tamanho do poder de decisão sobre a distribuição das terras da região de Camacan que recaiu sobre a família Ribeiro. De um lado havia na Prefeitura Municipal de Canavieiras o Dr. João Ribeiro Vargens (a essa altura já considerado uma liderança política da região em questão) delimitando a área geográfica de Camacan (distrito canavieirense) durante a sua gestão, na década de 1920; por outro lado, vemos a

⁷ Segundo o memorialista Alcides Costa, em seu livro *Canavieiras: sua história e sua gente* ([s.l.]: Imprensa Oficial da Bahia, 1963), “em 1916, organizou-se nessa cidade [Canavieiras] um partido político sob a sua chefia [referindo-se a João Ribeiro Vargens], fundando-se o jornal ‘O Progressista’. Em 1920 foi nomeado Intendente Municipal da Cidade, e logo (sic) a seguir eleito para o mesmo cargo, que exerceu até o ano de 1923, tendo reconstituído as finanças da comuna e imposto a paz e a tranquilidade em todo o seu território”. In: COSTA, 1963, p. 109.

⁸ O estudo referido tem por título *Camacã: de pedra alta a grande cidade* (Monografia, Salvador: Faculdade Olga Metting, 2004) e foi apresentada pela autora como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Qualificação Docente para o Magistério Superior em Turismo. Apesar de não se tratar de um estudo historiográfico, essa monografia nos traz valiosos depoimentos de descendentes diretos das famílias colonizadoras do município de Camacan que auxiliam a compreensão do processo de concentração de terras, ocupação e delimitação do território desta cidade em torno da família Ribeiro de Moura. Vale lembrar que essa autora é, também, integrante desta família, como indica o próprio sobrenome e os objetivos do seu trabalho: “[...] deixar registrada aqui uma história que passou por **nossas mãos** e que servirá no futuro de subsídios para a compreensão de fatos sociais, históricos, econômicos e políticos [...]”. In: PINTO, 2004, p. 15, grifo nosso.

⁹ De acordo com o memorialista Alcides Costa, em sua obra já citada, João Marques de Souza tinha ligações com a política canavieirense e com a família Ribeiro, pois “foi Conselheiro Municipal, Vereador [e] Intendente Interino em 1911 [...]. Como jornalista colaborou com o nosso ‘O Progressista’ [jornal fundado pelo político João Ribeiro Vargens, como citamos anteriormente]”. In: COSTA, 1963, p.106. Além disso, essa obra tende a confirmar a sua atuação no processo de distribuição de terras da região, conforme o trecho que se segue: “Como profissional, serviu como Auxiliar da Delegacia de Terras, inicialmente, passado a exercer o cargo de Delegado, no qual veio a aposentar-se com mais de trinta anos de bons serviços” In: COSTA, op.cit., p.106.

nomeação do seu próprio irmão, Boaventura Ribeiro, como Delegado de Terras de Canavieiras. Isso nos possibilita intuir uma espécie de “teia” montada sobre a estrutura fundiária das frentes agrícolas do cacau que estavam em expansão. Isto é, o controle das terras ficou demasiadamente reduzido às mãos de um grupo, liderado política e economicamente por dois membros da família Ribeiro, herdeiros das plantações de cacau do novo distrito (Camacan).

Retomando o desdobramento da família Ribeiro, enquanto posseira das terras camacanenses, outro exemplo de incorporação de novos nomes aos descendentes dos Ribeiro vem de Ana Ribeiro. Neta de Leandro Ribeiro e irmã do Dr. João Vargens e do Delegado de Terras Boaventura Ribeiro, ela casou-se com um comerciante sergipano, Joviano Pinheiro de Moura. Do casamento, realizado em 1910, no município de Canavieiras, tiveram nove filhos. Em 1917, Joviano começou a fazer os primeiros plantios de cacau na Fazenda Santa Maria, propriedade adquirida por sua esposa através da herança paterna. Em 1934, Joviano deixou o comércio para dedicar-se exclusivamente à agricultura, transferindo sua residência, juntamente com esposa e filhos, para a referida fazenda, em Camacan. Dentre os filhos desse casal estava Boaventura Ribeiro de Moura, que veio a ser o primeiro prefeito de Camacan¹⁰.

Deste modo, é possível perceber que o início da ocupação do território de Camacan se deu por uma única família, e não por três famílias como vinha sendo apontado pelos estudos sobre esta região¹¹. Uma rede de ocupação territorial foi estabelecida. O fato é que houve um considerável domínio da família Ribeiro, ora como Ribeiro Vargens, ora como Ribeiro de Moura, ou ainda como Ribeiro simplesmente. O próprio núcleo urbano atual de Camacan está situado exatamente entre a Fazenda Camacan e a Fazenda João Elias Ribeiro (propriedades das referidas famílias) e ocupam terras que pertenciam àquela primeira – daí o nome da cidade.

¹⁰ As informações que constam nesse parágrafo foram obtidas com base na leitura da monografia: *PINTO, Maria Joaquina Moura. Camacã: de pedra alta a grande cidade. Monografia apresentada ao curso de Especialização em Qualificação Docente para o Magistério Superior em Turismo. Salvador: Faculdade Olga Metting, 2004.*

¹¹ Entre esses estudos, podemos destacar os trabalhos acadêmicos de Charles Nascimento de Sá, *Os Intelectuais e a Emancipação Política de Camacan* (Monografia, Ilhéus: UESC, 2000) e *Festa da Cidade: cultura e turismo na periferia do cacau* (Dissertação de Mestrado, Ilhéus: UESC, 2003); além dos estudos monográficos de Valdirene Silva Guimarães, *Um Olhar Sobre a Cidade: Camacan 1953 – 1964* (Ilhéus: UESC, 2001) e David Silva Rodrigues, *Origens do Processo de Ocupação do Território de Camacan* (Ilhéus, UESC, 2003).

Para o historiador, fatos como esses representam um excelente campo para desenvolver pesquisas, sendo que em Camacan, esse tipo de concentração de poder produziu um discurso em torno de temas e imagens identificadores de uma finalidade: a manutenção do poder político alicerçado em uma memória heróica, tornando-a real, imortal. Dessa forma, entendemos que as imagens, símbolos e o senso da “identidade” camacaneses são construções produzidas por uma elite agrária/política local, que manteve e soube utilizar mecanismos de preservação da sua hegemonia nesta região em maior grau de amplitude e permanência.

2. Família Ribeiro de Moura: construção do poder/imaginário político

As origens do processo de ocupação do território de Camacan apresentam uma grande concentração de poder e terras dos membros da família Ribeiro e seus respectivos desdobramentos nominais, Vargens e Moura, como vimos no tópico anterior. Contudo, após o falecimento do Dr. João Vargens, em dezembro de 1944 (COSTA, 1963), abriu-se o caminho para o surgimento de uma nova liderança política para Camacan. Somou-se àquilo o fato das autoridades canavieirenses não demonstrarem muito interesse no progresso urbano camacaneses. Segundo Sá (2003), a partir de 1953, com a elevação do povoamento à categoria de distrito, a revolta contra a administração municipal de Canavieiras ganhou força, uma vez que, em Camacan, as condições socioeconômicas da população eram precárias (casas de madeira, esgotos a céu aberto, falta de água encanada, de calçamento e de rede elétrica)¹².

A Tabela 1 (abaixo) ajuda-nos a compreender o quanto a abertura de uma estrada, realizada pelo Instituto de Cacau da Bahia (ICB), em 1940, contribuiu para o crescimento demográfico da região de Camacan e Pau-Brasil¹³. Aquela construção marcou a fixação de trabalhadores diretos e indiretos no povoado que ali se formou, conforme podemos observar da taxa de crescimento de Camacan naquele período.

Tabela 1 – Taxa de crescimento demográfico nos municípios da região cacauzeira.

Municípios	Taxas de crescimento anual (em %)
------------	-----------------------------------

¹² Quanto a essas informações, foi de grande importância a leitura da obra: *Os Intelectuais e a Emancipação Política de Camacan. Monografia, Ilhéus: UESC, 2000*, especialmente o seu capítulo I: “Camacan”.

¹³ O município de Pau-Brasil encontra-se muito próximo de Camacan (22 km) e, por essa razão, talvez, também tenha crescido a sua população com a construção da estrada do ICB.

Período	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Camacan	8,72	3,38	1,56	5,83
Itabuna	3,40	4,54	3,95	2,94
Pau-Brasil	9,08	5,19	2,85	2,04
Ubatã	4,68	5,44	3,51	2,94
Una	2,03	4,72	2,17	5,36

Fonte: SILVA, Sylvio C.B. de Mello, et al. O subsistema urbano regional de Ilhéus-Itabuna. 1987, p. 124.

Com uma população crescente e já significativa para a época e, ainda, uma produção de cacau em processo de expansão, a emancipação política se aproximou. “A contribuição de Camacan para com Canavieiras, nesse período, já ultrapassava a arrecadação dessa última, de acordo com os discursos dos vereadores [canavieirenses] desse período” (SÁ, 2003, p. 28).

As informações acima nos permitem considerar que surgia o forte desejo de se buscar a autonomia política daquele distrito, frente à sua sede, Canavieiras. E, a partir da ausência do Dr. João Vargens, a necessidade de um novo líder político tornou-se ainda maior. Sobre essa questão, não será demais aqui destacar uma passagem do estudo de Maria Joaquina Moura Pinto (2004), sobre o recém formado povoado de Camacan:

Com a morte de João Vargens, surgiu uma lacuna no mundo político desta Região, um vazio. Em 1946, o deputado Herbert de Castro apresentou um projeto de emancipação de Camacan e uma nova liderança surge. [...] Recebeu-se, a princípio, as notícias do projeto, com certa frieza, pois eram ainda muito fortes os vínculos com Canavieiras, mas, o amadurecimento político da Região não se fez tardar, surgindo nos irmãos Moura os novos herdeiros da política local de João Vargens, por sinal também netos do patriarca João Elias Ribeiro (PINTO, 2004, p. 90).

No caso de Camacan, um valor passou a ser determinante: a construção e a definição da identidade social local. A valorização da liderança de João Ribeiro Vargens passou a definir fronteiras, através da identificação direta dos novos sujeitos inseridos naquela lógica política. Como vimos na citação acima, os Moura assumiram aquela herança, formando um elo com a história passada através da forte assimilação da memória do seu antecessor e guia político. É importante considerarmos que a formação de um líder, aquele que representa um

grupo e, posteriormente, é classificado como “herói”, tem seu momento oportuno especialmente em situações de crise histórica conjuntural¹⁴.

Nos momentos de ruptura do ritmo histórico da continuidade e da normalidade, o grupo social tende a necessitar de um novo tutor, de um novo guia, que possa construir em torno de si um imaginário político que permita a compreensão da inteligibilidade perdida (FELIX, 1998, p. 143).

Essas informações nos levam a identificar como a figura de João Vargens foi elevada à condição de líder, “herói”, no caso de Camacan. Ele passou a simbolizar a identidade do grupo e, de certa maneira, “guiar” os passos futuros. Assim, é preciso lembrar que, mesmo com os novos líderes, a imagem do Dr. João Vargens era cultuada e constantemente homenageada.

Para reforçar a ‘imortalidade’ do sujeito ‘herói’, os discursos dos jornais passaram a destacá-lo, deixando transparecer as virtudes pessoais, morais e políticas daquela personalidade, como nos mostra a Figura 1. Além da difusão jornalística, a criação de símbolos (como monumentos) tendem a intensificar a presença do herói, como vemos na Figura 2.



Figuras 1 e 2 – Detalhe do encarte especial do Jornal da Bahia, de 1978, destacando a figura de João Vargens como político. Ao lado, colorida, a imagem do busto de Dr. João Vargens, localizada em praça homônima, na principal avenida de Camacan, que também tem o seu nome.

Fontes: (JORNAL DA BAHIA, 1978, p. 04; e fotografia do acervo do autor, 2009).

É válido destacar um trecho da entrevista concedida por Boaventura Ribeiro de Moura, em 1999, à pesquisa de Maria Joaquina Moura Pinto (2004): “O cidadão da cidade

¹⁴ Para essas conclusões, foram relevantes as leituras do capítulo “A fabricação do carisma: a construção mítico heróica na memória republicana gaúcha”. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. 1.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 141-160. E, ainda, “Para uma introdução ao imaginário político”. In: GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 09-24.

recém criada era um indivíduo diferente do homem rural, habitante do município há decênios. Os urbanos eram bem mais recentes, sem nenhum vínculo de tradição dos rurais” (p. 91). Nesta passagem, Boaventura Moura recorre, talvez, ao discurso de identificação com seu território, com a história do que considera do seu povo. Podemos perceber, em suas palavras, que havia um grupo pioneiro pré-estabelecido, e os demais habitantes não faziam parte do mesmo por terem chegado depois, quando a posse inicial já havia sido constituída. Sobre essa identidade de grupo, a historiadora Loiva Otero Félix nos chama a atenção:

[...] ao definir a identidade dos seus iguais, automaticamente define, nas suas fronteiras, os excluídos – os oponentes ao seu modo de ser e perceber o mundo social – aqueles que não têm uma memória comum e não possuem a legitimidade social do grupo em questão (FÉLIX, 1998, p. 144).

O mito político¹⁵ João Vargens fez seu grupo sucessor. A família Ribeiro de Moura passou, então, a liderar o movimento em prol da emancipação política do município. Um plebiscito foi realizado no dia 11 de junho de 1961, com a permissão do então do governador da Bahia, o senhor Juracy Magalhães, para que a população expressasse sua vontade em relação à emancipação. A votação trouxe resultado favorável à municipalização do distrito. Assim, todo o trabalho dos articuladores do movimento pró-emancipação foi configurado em 31 de agosto de 1961, através da Lei Estadual nº. 1.465 daquele ano, e publicado no Diário Oficial do dia seguinte. As eleições para prefeito ocorreriam um ano depois (SÁ, 2000).

É importante destacarmos uma valiosa informação a respeito da participação da família Moura nesse processo. José Ribeiro de Moura, irmão de Boaventura Ribeiro de Moura, tornou-se suplente de deputado estadual pelo Partido Social Democrático - PSD, 1959-1963, assumindo o cargo por diversos períodos na Assembléia Legislativa da Bahia, em Salvador¹⁶. O periódico *Diário de Itabuna*, que noticiava com freqüência as informações e decisões do movimento emancipacionista de Camacan, também registrou esta articulação política, em 20 de janeiro de 1958:

[...] em meio a aclamações gerais, foi lançada a candidatura do Sr. José Ribeiro de Moura a deputado estadual. Após o lançamento da candidatura do senhor José Ribeiro de Moura, vários amigos deste fizeram uso da

¹⁵ Para este trabalho, o conceito de mito é utilizado através de dois entendimentos: “o mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente”. In: GIRARDET, 1987, p. 13.

¹⁶ Informação retirada dos arquivos da Assembléia Legislativa da Bahia, disponível no sítio oficial desta instituição, sob endereço específico: <http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=570>.

palavra hipotecando-lhe solidariedade e integral apoio, uma vez que todos estamos certos de que o mesmo despreendimento (sic) e a mesma coragem que o Sr. José Ribeiro de Moura têm demonstrado na luta emancipacionista, caracterizarão a sua atuação na assembléia legislativa do Estado da Bahia (1958, p. 06).

Essas informações nos permitem considerar a proximidade dos Moura com o poder político estadual, que pode ter contribuído significativamente para a assinatura do projeto de lei que emancipou Camacan, em 1961. A imagem do Deputado José Moura junto ao Governador da Bahia, em exercício, Orlando Moscoso, no momento da assinatura da lei, foi reproduzida com exatidão nos jornais da região e continua sendo publicada, principalmente no período das comemorações desta data, anualmente, como reforço da memória desta família e conscientização do valor ‘heróico’ atribuído à mesma.

A partir daquela assinatura, o novo município ganhou autonomia e o quadro político foi ocupado pelo grupo que liderou o movimento de emancipação¹⁷. Possivelmente, para a família Moura, nada poderia representar seu poder econômico e político de melhor forma: era Boaventura Ribeiro de Moura o principal candidato a prefeito de Camacan. Ocorridas as eleições, ele assumiu a prefeitura em 1963 e perpetuou o seu dirigismo político por uma década.

Tabela 2 – Produção de Cacau em arrobas (@) por Município (1965)

Município	Número de Fazendas		Áreas médias (hectares)		Produção(@)
	Absoluto	% regional	Fazendas	Cultivadas	Total
Ilhéus	1.131	9,1	73	35	1.164.297
Itabuna	615	5,0	70	51	811.777
Itajuípe	526	4,2	49	34	638.188
Camacan	639	5,1	69	33	602.406
Uruçuca	336	2,7	87	45	497.464

Fonte: SANTOS, Renato Zumaeta Costa dos. Cacaucultura: A Ceplac e a Vassoura de Bruxa em Camacan (Cadernos do CEDOC). Ilhéus: Editus - UESC, 2007, v. 08, p. 145.

A Tabela 2, acima, nos apresenta dados importantes para uma cidade recém formada. Superava Itabuna – cinquenta anos mais antiga – em número de fazendas, e seguia bem

¹⁷ O grupo político que nos referimos foi liderado pelas famílias Ribeiro, Vargens e, sobretudo, a família Moura (Cf. SÁ, 2000).

próxima, no quesito produção, de Itajuípe e da própria Itabuna. Com apenas quatro anos de emancipação política, Camacan despontava na quarta posição em produção de amêndoas de cacau na região, com seiscentas e trinta e nove fazendas implantadas. Vale lembrar que a CEPLAC¹⁸ havia inaugurado seu escritório regional no novo município, no ano de 1964.

Por isso, é provável que a família Moura tenha se preocupado em deter o poder político de Camacan, pois esta já apresentava fortes indicadores econômicos com potencial para tornar-se um importante centro do sul da Bahia. As decisões políticas seriam tomadas pelo grupo que governasse a prefeitura da cidade e, conseqüentemente, os destinos do município seriam, assim, deliberados. Vale lembrar que a área urbana estava localizada em propriedades das famílias Ribeiro Vargens e Ribeiro de Moura. As áreas dos distritos, também. A possibilidade de crescimento acelerado, provavelmente, gerou apreensão naquelas famílias, pois acarretaria a perda de territórios das suas respectivas fazendas para o processo de expansão urbana. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 1960, Camacan já possuía 19.698 habitantes¹⁹.

Além disso, o local era carente de muita infra-estrutura: estradas, pontes, energia elétrica, educação, saúde e saneamento básico ainda eram sonhos da população, na década de 1960 (SÁ, 2000). Não somente para o núcleo urbano, mas, sobretudo, para as fazendas, a introdução desses recursos garantiria benefícios na mesma proporção. Portanto, é possível avaliar que, para essas famílias, foi preciso acompanhar de muito perto as decisões sobre a cidade, já que, as mesmas, poderiam produzir reflexos em suas propriedades – latifúndios limítrofes do núcleo urbano camacanesse. Assim, uma bancada política assegurou-se no poder, através da ‘fabricação’ de um discurso que a apresentava como grupo da maioria. Este processo, que começou desde o final do século XIX com as primeiras plantações de cacau no território de Camacan, atingiu seu ápice quando foram consagradas aos irmãos Boaventura e José Ribeiro de Moura as glórias pela emancipação e dirigismo político de Camacan.

Este trabalho, portanto, propõe um esforço inicial de: analisar, através dos documentos e imagens apontadas no texto, as possíveis origens do mandonismo e do imaginário político

¹⁸ Sobre o processo de implantação do escritório da CEPLAC em Camacan, ver o estudo monográfico de Luiz Cláudio Zumaeta Costa; “*Sociedade e Economia: A presença da CEPLAC em Camacan (1964-1974)*”.

¹⁹ Dados retirados da tabela “Balanço Demográfico do Município de Camacan entre 1960 e 2000”. In: SANTOS, Renato Zumaeta Costa dos. *Cacauicultura: A Ceplac e a Vassoura de Bruxa em Camacan (Cadernos do CEDOC)*. Ilhéus: Editus - UESC, 2007, v. 08, p. 169.

em torno dos feitos das famílias Ribeiro, Vargens e Moura, perpetuadas na memória camacanesa.

Contudo, da mesma forma que abrimos este texto, retomamos agora ao discurso de Boaventura Moura, publicado no Jornal da Bahia de 1978, carregado de sentimento de despedida. Ou melhor: Por quais razões ele “estaria vivendo os últimos dias da sua influência”? Depois de toda a participação nos processos de posse, desenvolvimento e emancipação política de Camacan, o principal representante da família Ribeiro de Moura dava indícios da sua iminente perda de controle político sobre a cidade.

O primeiro indicativo parece-nos ter sido a eleição do Padre Auxêncio Costa Alves para o cargo de prefeito municipal, no ano de 1972, através de um partido de oposição aos Moura. O referido acontecimento indicou, pela primeira vez, em Camacan, a ruptura do poder daquela família, representando um duro ‘golpe’ nas forças políticas tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Alcides. **Canavieiras: sua história e sua gente** (lendas e festas). [s.l.] : Imprensa Oficial da Bahia, 1963. 131p.

COSTA, Luiz Claudio Zumaeta. Sociedade e Economia: A presença da CEPLAC em Camacan (1964-1974). In: Antônio Pereira Sousa; Janete Ruiz Macêdo; Carlos Roberto Arléo Barbosa. (Org.). **Cacaucultura: A Ceplac e a Vassoura de Bruxa em Camacan** (Cadernos do CEDOC). Ilhéus: Editus - UESC, 2007, v. 08, p. 09-108.

FÉLIX, Loiva Otero. A Fabricação do carisma: a construção mítico heróica na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Org.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. 1.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 141-160.

GUIMARÃES, Valdirene Silva. **Um Olhar Sobre a Cidade: Camacan (1953 – 1964)**. Monografia apresentada ao curso de Especialização em História Regional. Ilhéus: UESC, 2001.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 205p.

HOLANDA, Sergio Buarque de. O Homem Cordial. In: Sergio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.139-151.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos de Ir e Vir e Caminho sem Volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia**. Dissertação de Mestrado. UFBA, Salvador, 1982.

PINTO, Maria Joaquina Moura. **Camacã**: de pedra alta a grande cidade. Monografia apresentada ao curso de Especialização em Qualificação Docente para o Magistério Superior em Turismo. Salvador: Faculdade Olga Metting, 2004.

RODRIGUES, David Silva. **Origens do Processo de Ocupação do Território de Camacan**. Monografia apresentada ao curso de Graduação em História. Ilhéus: UESC, 2003.

SÁ, Charles Nascimento. **Os Intelectuais e a Emancipação Política de Camacan**. Monografia apresentada ao curso de Especialização em História Regional. Ilhéus : UESC, 2000.

_____. **Festa da Cidade**: cultura e turismo na periferia do cacau. Dissertação de Mestrado. Ilhéus: UESC, 2003.

SANTOS, Renato Zumaeta Costa dos. "Contratempos: Cacau e Cacaucultura em Camacan (1980 - 1990)". In: Antônio Pereira Sousa; Janete Ruiz Macêdo; Carlos Roberto Arlêo Barbosa. (Org.). **Cacaucultura: A Ceplac e a Vassoura de Bruxa em Camacan** (Cadernos do CEDOC). Ilhéus: Editus - UESC, 2007, v. 08, p. 109-194.

SILVA, Sylvio C. B. de Mello et alii. **O sub-sistema urbano regional de Ilhéus-Itabuna**. Recife: SUDENE/PSU/SER, 1987. 428p.

FONTES PESQUISADAS

ASSEMBLÉIA Legislativa da Bahia. **Deputados por nome**. Online. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=570>. Acesso: 01 maio 2010.

BALANÇO demográfico do município de Camacan entre 1960 e 2000. In: SANTOS, Renato Zumaeta Costa dos. **Cacaucultura: A Ceplac e a Vassoura de Bruxa em Camacan** (Cadernos do CEDOC). Ilhéus: Editus - UESC, 2007, v. 08, p. 169.

CAMACÃ: 17 anos. **Jornal da Bahia**, Salvador, 29 ago. 1978. Edição especial. 08p.

CAMACAN, sua história e seus desbravadores. **Informativo Cidade**. Camacan, 1ª quinzena ago. 2005, p. 05-07.

CEPLAC. **Camacã**: emancipação política, 25 Anos. [s.l.] : [s.n.], 1986. 24p.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Banco do Nordeste do Brasil. **Camacã**. Fortaleza: [s.n.], 1983.

NOTÍCIAS DE CAMACÃ. **Diário de Itabuna**. Itabuna, 20 de jan. 1958, p. 06

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMACAN. **Camacã**: História e Desenvolvimento. In: Camacan e o Cacau (Edição comemorativa). [s.n.]: Ilhéus, 1988.

_____. **Camacan**: 30 anos (Edição Comemorativa). Colorgraf: Itabuna, 1991.

PRODUÇÃO de Cacau em arrobas (@) por município (1965). In: SANTOS, Renato Zumaeta Costa dos. **Cacaucultura: A Ceplac e a Vassoura de Bruxa em Camacan** (Cadernos do CEDOC). Ilhéus: Editus - UESC, 2007, v. 08, p. 145.

VARGENS, Francisco José Góes da Costa. **A Crise da Cacaucultura no Município de Camacan**. Camacan, 22 abr. 2005. Entrevista a Luiz Cláudio Zumaeta Costa e Renato Zumaeta Costa dos Santos.